



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

**28 de dezembro de
2018**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018 Página 5	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA aciona Prefeitura de Carolina para regularizar serviço de saúde

Com base em um relatório do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), o Ministério Público do Maranhão ingressou, em 10 de dezembro, com uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Carolina, na qual cobra a regularização dos problemas apontados no prazo de três meses.

O Relatório de Auditoria nº 17.359 foi realizado pelo Denasus junto à Secretaria Municipal de Saúde e referiu-se ao período de julho de 2016 a fevereiro de 2017. Foram apontadas uma série de irregularidades no Bloco de Atenção Básica e do Componente Básico do Bloco de Assistência Farmacêutica.

Entre os problemas estavam o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde desatualizado e problemas de estrutura física, higienização, manutenção e conservação em cinco Unidades Básicas de Saúde da Família, que comprometem o atendimento à população. Também foram identificadas não conformidades referentes a equipamentos e material de trabalho indispensáveis às atividades, inclusive de saúde bucal.

Em pelo menos três unidades – postos de saúde de Estevão Prado Araújo e Alcides Coelho Espíndola e Unidade Básica de Saúde Luís da Silva Braga – foi verificado a inexistência de

médicos por período superior a 60 dias. Além disso, a farmácia da Assistência Farmacêutica Básica não tinha certificado de regularidade técnica emitido pelo Conselho Federal de Farmácia, licença nem alvará sanitário de funcionamento.

O Denasus também apontou que foram utilizados recursos da atenção básica para o pagamento de outras despesas, no valor de R\$ 206.964,04. Por fim, a Secretaria Municipal de Saúde não disponibilizou nenhum procedimento licitatório referente aos exercícios financeiros de 2015 e 2016.

De acordo com o promotor de justiça Marco Túlio Rodrigues Lopes, uma reunião foi realizada com o prefeito, o procurador municipal e a equipe técnica da Prefeitura de Carolina, para tentar resolver os problemas. Embora tenha sido firmado um compromisso, não houve comprovação de resolução das questões, mesmo depois de 10 meses.

Na ACP, o Ministério Público requer que, caso a liminar seja descumprida e os problemas não sejam sanados em três meses, a Justiça determine o bloqueio das contas do Município de Carolina até o valor de R\$ 100 mil. Também foi pedida a aplicação de multa diária de R\$ 5 mil ao prefeito Erivelton Neves.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018 Página 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ação do MPMA cobra adequações em linha férrea

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anajatuba ingressou, em 23 de novembro, com uma Ação Civil Pública contra a Vale S.A., na qual cobra a realização de adequações na Estrada de Ferro Carajás (EFC) que resolvam os problemas de acesso enfrentados pelos moradores do Povoado Capotal, localizado à margem da ferrovia.

O Ministério Público foi informado pela Associação União Segura na Mão de Deus a respeito da necessidade de construção de uma passagem segura que permita a entrada e saída na comunidade. Outro problema enfrentado é o estacionamento irregular de trens em frente a comunidade, o que inviabiliza totalmente a entrada e saída do povoado, bem como a circulação de veículos de serviço, como ambulâncias.

“A comunidade não conta com políticas públicas voltadas para o atendimento de direitos fundamentais, o que obriga os moradores a se deslocarem a localidades vizinhas para terem acesso a postos de saúde, escolas, entre outros”, observa o promotor de justiça Rodrigo Alves Cantanhede.

Um relatório de visita da ONG Justiça nos Trilhos analisou a situação de trafegabilidade da margem direita da EFC (sentido São Luís – Parauapebas) e acesso ao viaduto Campestre, uma das opções de saída do Povoado Capotal. A conclusão foi a de que a via não possui quaisquer condições de trafegabilidade e segurança, sendo praticamente inviável o acesso ao viaduto.

O Ministério Público realizou uma série de audiências com representantes da comunidade, da Vale S.A., da ONG Justiça nos Trilhos e com o prefeito de Anajatuba, nas quais foram apresentados os problemas, mas nenhuma ação efetiva para amenizar os problemas foi tomada.

A Vale S.A. chegou a encaminhar um estudo de viabilidade técnica para acessos ao Povoado Capotal, com execução prevista para 2021. “A própria empresa reconhece a necessidade de disponibilização de acesso que permita mobilidade segura entre o povoado e as demais localidades”, afirma Rodrigo Cantanhede. O promotor ressalta, no entanto, que os problemas da comunidade pioram a cada ano, tendo sido agravados pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás, não havendo como aguardar pelo prazo previsto.

O decreto federal nº 1.832/96, que regulamenta o transporte ferroviário, dispõe que a administração ferroviária não poderá manter a linha férrea de modo a prejudicar a circulação de pessoas residentes nas suas adjacências, sendo o seu dever a realização de obras que garantam a locomoção da população adjacente, permitindo a transposição da linha férrea. A legislação também afirma que a linha férrea não poderá se constituir em fator de risco à integridade e à vida das pessoas, bem como não pode ser causa de isolamento quanto ao transporte de pessoas e serviços que a atravessem.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>28/12/2018</i>	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ação do MP cobra adequações em linha férrea em Anajatuba

A Promotoria de Justiça da Comarca de Anajatuba ingressou, em 23 de novembro, com uma Ação Civil Pública contra a Vale S.A., na qual cobra a realização de adequações na Estrada de Ferro Carajás (EFC) que resolvam os problemas de acesso enfrentados pelos moradores do povoado Capotal, localizado à margem da ferrovia.

O Ministério Público foi informado pela Associação União Segura na Mão de Deus a respeito da necessidade de construção de uma passagem segura que permita a entrada e saída na comunidade. Outro problema enfrentado é o estacionamento irregular de trens em frente à comunidade, o que inviabiliza totalmente a entrada e saída do povoado, bem como a circulação de veículos de serviço, como ambulâncias. "A comunidade não conta com políticas públicas voltadas para o atendimento de direitos fundamentais, o que obriga os moradores a se deslocarem a localidades vizinhas para terem acesso a postos de saúde, escolas, entre outros", observou o promotor de justiça Rodrigo Alves Cantanhede.

Um relatório de visita da ONG Justiça nos Trilhos analisou a

situação de trafegabilidade da margem direita da EFC (sentido São Luís - Parauapebas) e acesso ao viaduto Campestre, uma das opções de saída do povoado Capotal. A conclusão foi a de que a via não possui quaisquer condições de trafegabilidade e segurança, sendo praticamente inviável o acesso ao viaduto.

O Ministério Público realizou uma série de audiências com representantes da comunidade, da Vale S.A., da ONG Justiça nos Trilhos e com o prefeito de Anajatuba, nas quais foram apresentados os problemas, mas nenhuma ação efetiva para amenizar os problemas foi tomada.

A Vale S.A. chegou a encaminhar um estudo de viabilidade técnica para acessos ao povoado Capotal, com execução prevista para 2021. "A própria empresa reconhece a necessidade de disponibilização de acesso que permita mobilidade segura entre o povoado e as demais localidades", afirmou Rodrigo Cantanhede. O promotor ressalta, no entanto, que os problemas da comunidade pioram a cada ano, tendo sido agravados pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás, não

havendo como aguardar pelo prazo previsto.

O decreto federal nº 1.832/96, que regulamenta o transporte ferroviário, dispõe que a administração ferroviária não poderá manter a linha férrea de modo a prejudicar a circulação de pessoas residentes nas suas adjacências, sendo o seu dever a realização de obras que garantam a locomoção da população adjacente, permitindo a transposição da linha férrea. A legislação também afirma que a linha férrea não poderá se constituir em fator de risco à integridade e à vida das pessoas, bem como não pode ser causa de isolamento quanto ao transporte de pessoas e serviços que a atravessarem.

"Observa-se que a comunidade e seus caminhos de acesso são preexistentes à via-ferrea, sendo certo o dever de quem a explora em garantir as condições de circulação de pessoas, de forma a evitar que o povoado Capotal, em determinadas circunstâncias, torne-se isolado ou veja o seu direito à segurança e à locomoção seriamente atingido pela passagem do trem ou a sua parada, ante a omissão da concessionária em implementar obras necessárias", afirmou o promotor Rodrigo Cantanhede.

PEDIDOS

O Ministério Público pede que seja concedida medida liminar que proíba a Vale S.A. de estacionar trens na via-ferrea de acesso ao povoado Capotal até que seja efetivada a construção de via alternativa que resolva os problemas de acesso à comunidade. Em caso de descumprimento da decisão, foi pedida a aplicação de multa diária de R\$ 5 mil por trem ou parte de comboio estacionado. Ao final do processo, a Ação requer a condenação da empresa a construir um viaduto no km 106+200, local onde atualmente existe apenas uma passagem de nível, possibilitando o acesso seguro ao povoado. Também foi solicitada a implementação de rota alternativa pelo lado direito da EFC, com a construção de uma alça que interligue a comunidade ao viaduto do km 107+385, no prazo máximo de um ano.

A Vale S.A. também deve ser condenada a adequar, também em um ano, o acesso entre a atual passagem de nível e o viaduto do km 107+385, com pavimentação asfáltica, drenagem e via para pedestres, com garantia de cinco anos do serviço.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador-Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	28/12/2018	Página	3

Nepotismo em Imperatriz (1)

A 1ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz instaurou um inquérito civil para apurar suposto nepotismo na gestão do prefeito Francisco de Assis Ramos (MDB), prática vedada pela Súmula Vinculante 13, do Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a promotora de justiça Nahyma Ribeiro Abas, o procedimento foi aberto após o emedebista estar descumprido, de forma reiterada, recomendação expedida pelo *Parquet*.

Nepotismo em Imperatriz (2)

A investigação aponta que, entre as nomeações que violam os princípios da moralidade e da eficiência administrativa estão da sobrinha e cunhada do Chefe de Gabinete da prefeitura, Marcelo Martins de Sousa, para o exercício de cargos comissionados na administração municipal.

Além desses casos, também estão na mira da promotora as nomeações de Zigomar Costa Avelino Filho, filho da vereadora Fátima Avelino (MDB), para o cargo de secretário de Infraestrutura de Imperatriz; e de Janaína Lima Araújo Ramos, esposa de Assis Ramos, para o cargo de secretária municipal de Desenvolvimento Social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>28/12/2018</i>	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Júris levam a duas condenações em Penalva

Aconteceram, nos dias 12 e 13 de dezembro, duas sessões do Tribunal do Júri em Penalva. Foram condenados Thalisson Marcos Marques Bastos e Jeferson Batista Ferreira Barros. Atuou nos júris o promotor de justiça Rogernilson Ericeira Chaves.

No primeiro julgamento, Thalisson Bastos foi condenado a 17 anos e oito meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, por homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e surpresa). A pena deverá ser cumprida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O réu foi julgado por ter matado o próprio pai, além de ter atentado contra a vida do irmão. O crime ocorreu em 3 de setembro de 2016.

A segunda seção do Tribunal do Júri levou à condenação de Jeferson Barros a 16 anos de reclusão, também por homicídio qualificado por motivo fútil. A vítima foi um tio do réu, assassinado em 22 de maio de 2018, com um tiro de espingarda. Jeferson Barros também deverá cumprir a pena em regime inicialmente fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28 / 12 / 2018	Página 7
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Tribunal do Júri condena dois homens por crimes em Penalva

Aconteceram, nos dias 12 e 13 de dezembro, duas sessões do Tribunal do Júri em Penalva. Foram condenados Thalisson Marcos Marques Bastos e Jeferson Batista Ferreira Barros. Atuou nos júris o promotor de justiça Rogernilson Ericeira Chaves.

No primeiro julgamento, Thalisson Bastos foi condenado a 17 anos e oito meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, por homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e surpresa). A pena deverá ser cumprida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O réu foi julgado por ter matado o próprio pai, além de ter atentado contra a vida do irmão. O crime ocorreu em 3 de setembro de 2016.

A segunda seção do Tribunal do Júri levou à condenação de Jeferson Barros a 16 anos de reclusão, também por homicídio qualificado por motivo fútil. A vítima foi um tio do réu, assassinado em 22 de maio de 2018, com um tiro de espingarda.

Jeferson Barros também deverá cumprir a pena em regime inicialmente fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018	Página 1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Recesso de fim de ano deixa moradores de Raposa sem atendimento médico

Conforme a assessoria de comunicação da Prefeitura, decisão teria sido um 'equivoco' por parte da secretária municipal de Saúde

Para reverter a situação, a prefeita Talita Laci assinou um decreto para que os servidores voltem imediatamente ao trabalho

LUCIENE VIEIRA

O recesso de fim de ano, iniciado no dia 17 deste mês e que teria previsão para acabar somente em 14 de janeiro de 2019, totalizando 26 dias, deixou os moradores de Raposa sem atendimento médico em duas unidades de saúde da rede municipal. Após denúncias nas redes sociais e em um canal de televisão da capital, a prefeita Talita Medeiros de Oliveira, conhecida como Talita Laci, teria assinado um decreto ordenando a volta imediata dos servidores lotados nas unidades básicas de saúde Filomena Arcângela da Silva e Terezinha Ribeiro Farias. O documento seria datado de quarta-feira (26); mas ainda na manhã de ontem (27), os dois locais permaneciam fechados. De acordo com o secretário de Comunicação de Raposa, o blogueiro Domingos Costa, o recesso de 28 dias foi um "equivoco". Domingos Costa disse que a Secretária Municipal de Saúde tem vários funcionários de nível técnico, que trabalham em outras unidades hospitalares, e em outras cidades. Ele afirmou que, por esse motivo, a titular da pasta, Tatiane Lisboa, teria sido aconselhada pelos assessores dela - que seriam técnicos de Saúde - a fazer as paralisações nas duas unidades, resultando no fechamento da Filomena Arcângela da Silva e da Terezinha Ribeiro Farias, desde o último dia 17.

SOUBE PELAS REDES SOCIAIS

Domingos Costa disse que a prefeita não sabia do caso, pois Talita Laci estaria em Tutóia, em virtude do falecimento de um familiar da prefeita. "Talita ficou uma semana longe de Raposa. Assim que ela soube do recesso, entrou com o processo de revogação da decisão tomada por Tatiane Lisboa", disse Domingos Costa, ao enfatizar que ele tomou conhecimento do caso por meio de publicações nas redes sociais de moradores da Raposa. "Esse assunto saiu primeiro nas redes sociais locais", garantiu Domingos Costa. A reportagem do **Jornal Pequeno** conversou com o secretário de Comunicação por volta das 11h dessa quinta-feira, e antes desse horário já tinha



FOTOS: GILSON FERREIRA



As unidades básicas de saúde Terezinha Ribeiro Farias e Filomena Arcângela da Silva estão fechadas desde o dia 17, devido ao recesso dos servidores

ido às duas unidades básicas de saúde, que permaneceriam fechadas. Domingos Costa chegou a afirmar ao JP que os servidores lotados na Filomena Arcângela

da Silva e a Terezinha Ribeiro Farias já estavam nos seus respectivos locais de trabalho, na manhã de ontem. Porém, se mostrou surpreso, quando a reportagem disse ter ido às

unidades, também na manhã de ontem, e ter encontrado ambas completamente fechadas. "Eu não sabia que na manhã de hoje (ontem) as unidades básicas de saúde permanecem

sem funcionamento. A ordem da prefeita é outra. Talita solicitou a abertura imediata, sendo que, somente a partir do dia 2 de janeiro voltam as consultas médicas. Hoje

(ontem), serviços como curativo e outros atendimentos básicos de saúde, que podem ser feitos por enfermeiros, eram para estar disponíveis à população", disse Domingos.

Na Raposa, segundo o secretário de Comunicação, existem cinco unidades de saúde básica. Elas ficam localizadas no bairro do Cumbique, e nas vilas Boa Esperança e Bom Viver. Na Boa Esperança, a Unidade de Saúde Ozine Clemente Costa estava aberta ontem. Porém, os médicos estão em recesso e somente devem voltar a realizar consultas em janeiro de 2019. Nessa unidade, são feitos curativos, e realizado atendimentos por enfermeiros em casos de pacientes com dores de cabeça, febre, mulheres grávidas, e crianças. A informação foi repassada por uma funcionária da Ozine Clemente Costa, que preferiu não se identificar.

FUNCIONAMENTO DE 40 HORAS SEMANAIS

Ao lado da Filomena Arcângela da Silva há uma escola, e os funcionários dessa unidade de ensino disseram que todos os dias pessoas procuram o posto de saúde em busca de informações sobre o funcionamento, a fim de marcarem consultas ou receberem atendimento hospitalar. "Muita gente não sabe que desde o dia 17 deste mês, esse posto está fechado", disse um vigilante da escola.

Na página do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, a unidade está cadastrada para fazer atendimento ambulatorial e de urgência, e tem quase 40 profissionais para trabalharem 40 horas semanais. Entre eles, 22 agentes de saúde, três médicos, três dentistas, enfermeiros e técnicos.

A Unidade Básica de Saúde Terezinha Ribeiro Farias também está sem receber pacientes. Segundo o Ministério da Saúde, nesta unidade o quadro clínico é de 49 profissionais que deveriam cumprir 40 horas semanais. Nessa unidade, havia um cartaz avisando as datas do início do recesso e o fim dele. Ontem, o cartaz já tinha sido removido. Os moradores não souberam informar se há outras unidades de saúde fechadas. O secretário de Comunicação, Domingos Costa, garantiu que não

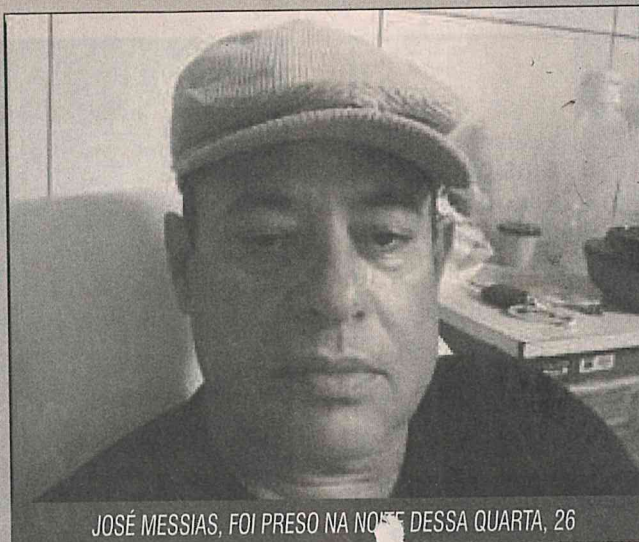
VEICULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 28/12/2018	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Assassinato de prefeito foi planejado há 3 meses; empresário é preso

O empresário Antônio José Messias foi preso na noite desta quarta-feira (26) em cumprimento a mandado de prisão temporária, suspeito de envolvimento na morte do prefeito de Davinópolis. Os delegados Praxisteleas Martins e Jeffrey Furtado concederam entrevista coletiva e informaram que Antônio Messias foi identificado após a prisão dos suspeitos no dia 11 de dezembro.

Algumas mensagens e denúncias anônimas já haviam chegado até à polícia sobre ele. A participação de Antônio Messias foi confirmada não no local do crime, mas com a organização criminosa que planejou o assassinato. O empresário Antônio Messias deverá ficar preso temporariamente, no prazo de até 30 dias. Foi cumprida uma ordem de busca em dois endereços, onde foram encontradas mais provas.

Messias é a sétima pessoa presa até agora envolvida na morte de Ivanildo Paiva. O fazendeiro foi preso nesta quarta-feira (26) após dois mandados de busca e apreensão realizados na residência dele. Ele é suspeito de ser o



JOSÉ MESSIAS, FOI PRESO NA NOITE DESSA QUARTA, 26

mediador entre os executores e o mandante do homicídio.

O suspeito foi candidato por duas eleições à Câmara de Vereadores de Davinópolis, em 2008 e 2012, mas em nenhuma conseguiu se eleger. De acordo com a polícia, o assassinato do prefeito de Davinópolis foi planejado há pelo menos 3 meses e foi encomendado por cerca de R\$ 200 mil reais. Durante a coletiva concedida nesta quinta-feira (27), os delegados que investigam o caso informaram que os autores dos 7 disparos que mataram

Ivanildo Paiva foram o sargento Wilame Nascimento da Silva, lotado na Polícia Militar em Grajaú, e o policial militar lotado em Dom Eliseu-PA, Francisco de Assis Bezerra Soares. Os dois foram presos no início deste mês.

Além do fazendeiro e dos 2 policiais, também foram presos o mecânico José Denilton, o Boca Rica, o motorista Douglas Barbosa, suspeito de ser o articulador do crime, e Gean Dearlen dos Santos Neres. Ivanildo Paiva foi assassinado no dia 11 de novembro deste ano.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CÁRCERE PRIVADO

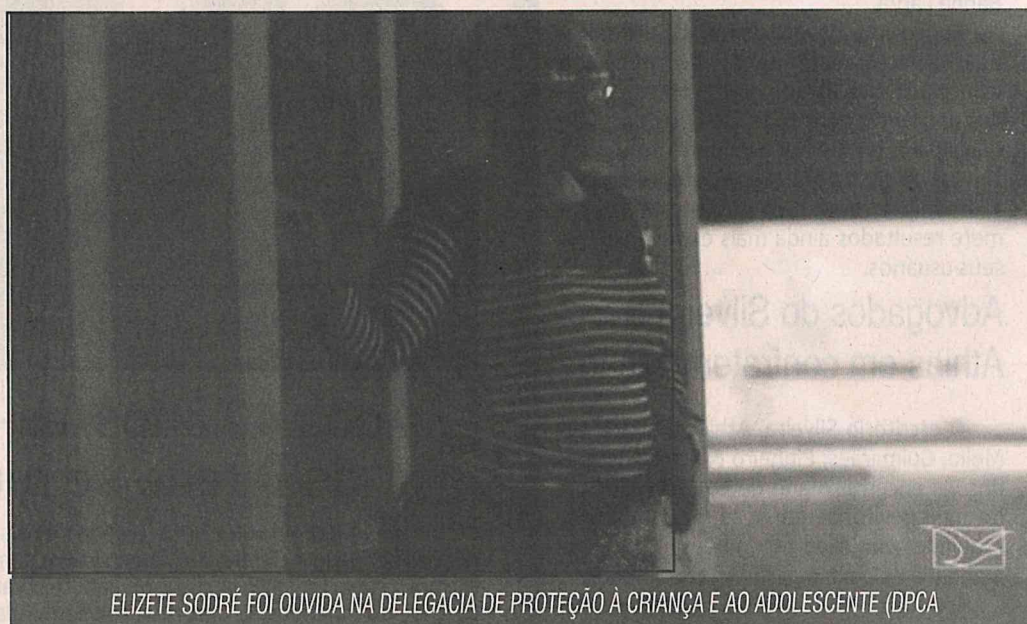
Mãe de meninos acorrentados presta depoimento na delegacia

SÃO LUÍS – A polícia ouviu na tarde dessa quarta-feira (26) a mãe dos meninos encontrados acorrentados no Coquilho, zona rural de São Luís.

Elizete Sodré foi ouvida na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), onde prestou esclarecimentos sobre a situação dos filhos que, além de serem encontrados presos com correntes e cadeados na residência da família, estavam com fome.

Elizete, que vende café em uma banca na Cohab, alegou que não tinha mais controle sobre os filhos, de 10 e 13 anos. Segundo ela, eles saíam de casa para cometer atos infracionais e só retornavam à noite. Elizete foi indiciada e liberada da delegacia durante a noite. Os meninos foram enviados para um abrigo.

As crianças foram avaliadas por uma psicóloga e assis-



ELIZETE SODRÉ FOI OUVIDA NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (DPCA)

tente social que analisaram as condições de vulnerabilidade social em que elas se encontram. Os meninos também foram submetidos a uma perícia médica para verificar se

houve algum outro tipo de violência.

Principal suspeito de mantê-los no cárcere, o tio dos menores foi preso na segunda-feira (23). Ele foi

identificado como Luís Sodré Cantanhede, de 43 anos. Ele já tinha passagem pela polícia por acusações de estupro de vulnerável e porte ilegal de arma de fogo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 28/12/2018	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Idoso é morto em Caxias, a golpes de facão, pelo enteado

Vítima, de 68 anos, segundo a Polícia Civil, que investiga o caso, foi atingida no tórax e pescoço

A polícia investiga um crime bárbaro que aconteceu na madrugada de quarta-feira, 26, em Caxias, a 360 km de São Luís. Um idoso identificado como José Ribamar Amorim, de 68 anos, foi morto a golpes de facão dentro da própria residência. O suspeito desse assassinato é o enteado da vítima, que conseguiu fugir, após consumir o homicídio brutal.

De acordo com informações policiais, José Ribamar Amorim foi atingido no tórax e pescoço. Ele ingeria bebida alcoólica na ocasião.

Saiba mais

Assim como o homicídio que vitimou o idoso, por meio de arma branca, a maioria dos assassinatos registrados na Grande São Luís, região formada por São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e a capital maranhense, foi consumado por esse tipo de armamento.

Das 18 mortes violentas contabilizadas até ontem pela Secretaria de Segurança Pública do Ma-

ranhão (SSP-MA), 10 foram realizadas por meio de arma branca, que pode ser faca ou qualquer outro objeto cortante, capaz de tirar

Das 18 mortes na Ilha, 10 foram com arma branca

a vida de alguém; cinco foram consumados por arma de fogo e três por meios não revelados. ●

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Urbano () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA 28/12/2018 Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Mãe de meninos que estavam acorrentados depõe na DPCA

Elizete Sodré foi indiciada e liberada; meninos, de 10 e 13 anos, foram encontrados acorrentados em uma residência na localidade Coquilho, na zona rural de São Luís

Elizete Sodré, mãe dos meninos que foram encontrados em cárcere privado na zona rural de São Luís, prestou depoimento na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), na tarde de quarta-feira, 26. Ela foi chamada para esclarecer sobre a situação dos filhos, de 13 e 10 anos, que, além de serem encontrados presos com correntes e cadeados na residência da família, estavam com fome.

Elizete, que é vendedora ambulante numa banca no bairro da Cohab, alegou que não tinha mais controle sobre os filhos. De acordo com ela, eles saíam de casa para cometer atos infracionais e só retornavam à noite. Elizete foi indiciada e liberada da delegacia durante a noite. Os meninos foram enviados para um abrigo.

As crianças foram avaliadas por uma psicóloga e assistente social que analisaram as condições de vulnerabilidade social em que elas se encontram. Os meninos também foram submetidos a uma perícia médica para verificar se houve algum outro tipo de violência.

Principal suspeito de mantê-los no cárcere, o tio dos menores foi preso na segunda-feira, 24. Ele foi identificado como Luís Sodré Cantanhede, de 43 anos. Luís já tinha passagem pela polícia por acusações de estupro de vulnerável e porte ilegal de arma de fogo.

Relembre

A polícia resgatou dois meninos menores de idade, de 10 e 13 anos, que eram mantidos em cárcere privado em uma casa situada no Residencial Francisco Lima, na lo-



Correntes e cadeados mantinham os dois meninos presos em casa

SAIBA MAIS

O que diz o Código Penal

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima

em casa de saúde ou hospital;
III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias;
IV - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

V - se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:
Pena - reclusão, de dois a oito anos.

calidade Coquilho, na zona rural de São Luís. A libertação ocorreu

na segunda-feira, 24, véspera de Natal. A criança de 10 anos estava

sem roupas quando os policiais chegaram ao local. Na residência, a polícia apreendeu uma corrente de ferro, utilizada como coleira de cachorro, e dois cadeados, objetos que prendiam as vítimas.

Principal suspeito de mantê-los no cárcere, o tio dos menores foi preso. Ele foi identificado como Luís Sodré Cantanhede, de 43 anos. "Nós recebemos essa informação pelo Disque Denúncia, traçamos uma estratégia para confirmar a denúncia e identificamos o elemento, que seria tio das vítimas. Ele mantinha os sobrinhos presos, sob condições de maus-tratos, constrangimento, cárcere privado e o conduzimos para a delegacia", explicou o major Marcelo, do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

Ainda segundo o major Marcelo, Luís Sodré já tem passagens pela polícia por porte ilegal de arma de fogo, homicídio e por estupro de vulnerável. "O suspeito afirma que a culpa das crianças estava nesta situação é da mãe. Porém, ao mantermos contato com a mulher, ela negou a culpa", contou o major. No mesmo dia, a mãe dos menores compareceu à Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), onde prestou esclarecimentos. Não foram encontrados materiais ilícitos no local em que as crianças estavam.

Luís Sodré Cantanhede foi autuado em agravante por cárcere privado qualificado, pois as vítimas têm idade inferior a 18 anos. Ainda conforme a polícia, a mãe das vítimas poderá também ser indiciada pelo crime. Os números do Disque-Denúncia do 6º Batalhão de Polícia Militar são (98) 98539-8057 e (98) 98558-6778. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 28/12/2018	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Empresário seria mandante da morte de Ivanildo Paiva

Antônio José Messias, dono de um comércio em Imperatriz e de uma fazenda em Davinópolis, foi preso, suspeito de ser um dos mandantes do crime; sete pessoas já estão presas por envolvimento na trama, que resultou na morte do prefeito

DANIEL JÚNIOR
Da equipe de O Estado

O sétimo suspeito de envolvimento no assassinato do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva, foi preso nesta quinta-feira, naquela cidade. Trata-se do empresário Antônio José Messias, que seria um dos mandantes do crime, ocorrido no dia 11 de novembro. Segundo o delegado Praxisteles Martins, responsável pela investigação do caso, o crime pode estar relacionado com motivações econômicas e políticas.

"O Messias, dono de um comércio em Imperatriz e de uma fazenda em Davinópolis, foi candidato duas vezes a vereador, filiado a uma agremiação que na época integrava uma coligação ligada ao grupo do então prefeito de Davinópolis, Chico do Rádio. Ele concorreu duas vezes, não se elegeu e continuou a sua vida social e política em Davinópolis. Existem interesses empresariais e políticos. Disto, não há dúvida alguma", relatou o delegado.

Denúncia

Ainda segundo o delegado, a prisão de Antônio José Messias aconteceu em cumprimento de um mandato de prisão, com validade de 30 dias. O delegado explicou, também, que a polícia chegou ao empresário, por meio de denúncias anônimas e depoimento dos

outros seis suspeitos de envolvimento no crime que atualmente se encontram presos.

"Nós já havíamos recebido algumas denúncias sobre a participação dele [do empresário] nessa ação criminosa. Já havíamos feito algumas pesquisas e algumas diligências para buscar mais elementos para formar essa convicção da participação dele nesse crime. No entanto, até então, nós não tínhamos conseguido ainda ligar o Messias ao assassinato", informou o delegado.

Praxisteles Martins explicou ainda que, com a prisão dos primeiros investigados e após os interrogatórios, foram feitas acareações, e dessas diligências emergiu a participação do Messias. "Um dos investigados apontou o local de um encontro com o Messias. Com isso, na última segunda-feira, 24, fizemos a representação por busca e apreensão e pela prisão temporária do Messias. O juiz plantonista deferiu com o parecer favorável do Ministério Público e na tarde de ontem (quinta-feira) cumprimos as buscas e a ordem de prisão", explicou o delegado Praxisteles.

Durante as buscas na residência de Antônio José, os policiais encontraram vestígios de documentos que comprovavam a participação dele na morte do prefeito de Davinópolis. "Cabe o destaque o fato de que em um dos pontos em que foram realizadas as buscas no dia anterior o investigador havia destruído uma série de



Antônio José Messias, o sétimo suspeito preso pela morte do prefeito

documentos, que foram queimados, provavelmente com o intuito de destruir provas que pudessem confirmar ainda mais sua participação no crime", disse Praxisteles.

Montagem

Na opinião do delegado, esse cri-

me vinha sendo montado há, pelo menos, três meses da morte do prefeito Ivanildo Paiva. Com o propósito de matar o prefeito, essas pessoas foram sendo arrematadas aos poucos, e Messias foi peça fundamental nessa arrematamento. Algumas delas, in-

clusive captadas por ele, desistiram de participar desse crime e outras aceitaram, até que no dia 10 de novembro o crime foi consumado. "Agora, tem um passo importante a ser dado. Algumas informações mantemos em sigilo, para que o próximo passo seja frutífero, assim como todos foram até o momento. Acreditamos que em breve fecharemos essa investigação com a prisão do mandante desse assassinato", finalizou o delegado.

Além da prisão de Antônio José Messias, já haviam sido presos mais outros seis homens por serem suspeitos de participação no crime. Entre eles, estão dois policiais militares, sendo um do Maranhão, lotado em Grajaú, e outro do Pará.

Os presos

Os presos são Antônio José Messias, preso em Davinópolis; Francisco de Assis Bezerra Soares, o Tita, policial militar no Pará, em Dom Elizeu; José Denilton Guimarães, o Boca Rica, mecânico em Imperatriz; Willame Nascimento da Silva, policial militar do Maranhão lotado em Grajaú; Jean Dearlen dos Santos, o Jean Listrado, que, segundo as investigações, é pistoleiro; Douglas da Silva Barbosa, e Carlos Ramiro Lima Ramos, o Léo. A polícia já cumpriu mandados de busca e apreensão e prisão nas cidades de Barra do Corda, Grajaú e Imperatriz, Davi-

nópolis, no Maranhão, e Dom Elizeu, no Pará.

Relembra o caso

Após ser sequestrado no sábado, (10 de novembro), Ivanildo Paiva, de 57 anos, foi encontrado amarrado na manhã do domingo, dia 11, com perfurações de tiros no peito, na cabeça, braços e costas, em uma área de plantação de eucalipto, no povoado Jussara, zona rural da cidade.

Na época, o delegado Eduardo Galvão informou que a vítima tinha costume de passar os fins de semana em sua chácara, no povoado Jussara, zona rural de Davinópolis. Ainda na tarde do dia em que Ivanildo foi sequestrado, populares e parentes ficaram surpresos com o desaparecimento. A propriedade foi encontrada revirada e com marcas de sangue humano.

Há informações, também, que na tarde de sábado homens não identificados foram até a residência da vítima e falaram com o caseiro, de nome não revelado. Eles teriam perguntado onde encontrariam terras naquela região para comprar e chegado a pedir informações sobre o paradeiro de Ivanildo Paiva.

Na manhã seguinte, o caseiro não encontrou mais o prefeito e achou marcas de sangue pela residência da chácara. Mais tarde, o prefeito foi encontrado morto, com os pés e as mãos amarrados. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 28/12/2018	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Caso Ivanildo Paiva Fazendeiro é preso como suspeito de intermediar morte do prefeito de Davinópolis

NELSON MELO

A Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Imperatriz capturou, na noite de quarta-feira (26), o empresário Antônio José Messias, de 62 anos. Segundo a investigação, ele teria sido um dos intermediários para o assassinato do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva Barbosa (PRB), no dia 10 de novembro deste ano. Este homicídio teria sido planejado há três meses antes do crime, sendo que o suspeito teria destruído provas que o incriminavam pelo assassinato.

Conforme explicado pelo delegado Jeffrey Burdado, que integra a força-tarefa da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) responsável pela investigação do assassinato, no início das diligências para apurar o caso, foram encontrados indícios que apontavam a participação indireta do fazendeiro no crime, mas não como o mandante em si. Messias, nesse sentido, apenas intermediou a contratação dos envolvidos

R\$ 200 mil aos "contratados" para capturar e atirar na vítima. O proprietário da loja Pneu Zero foi capturado por volta das 21h, em cumprimento a mandado de prisão temporária de 30 dias, sendo que os policiais civis também deram cumprimento a mandados de busca e apreensão nos imóveis do suspeito. Em uma das fazendas do empresário, disse Jeffrey, as equipes encontraram uma arma de fogo de grosso calibre, o que motivou, também, a autuação em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. Messias, depois de ouvido na DHPP, foi levado à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz.

José Messias, atualmente, não estava mais coordenando a Pneu Zero, que está sob a responsabilidade do filho dele, pois, no momento, se dedica apenas às suas fazendas. Ele, aliás, concorreu em duas eleições a nível municipal na Câmara de Vereadores de Davinópolis, mas não venceu em nenhuma das disputas.

PARTICIPAÇÃO DO FAZENDEIRO

Também integrante da força-tarefa, o delegado Praxístes Martins, da DHPP, detalhou que, durante das diligências, a equipe de investigação recebeu denúncias anônimas que indicavam a participação de



O fazendeiro Antônio Messias, conforme as investigações, pode ter selecionado e contratado os executores do prefeito Ivanildo Paiva

Messias na trama que resultou no assassinato de Ivanildo. Então, os policiais reuniram informações, em várias incursões, para confirmar esta possibilidade, que ganhou força, também, com as acareações feitas com os outros seis presos.

Os depoimentos prestados pelos já capturados também contribuíram para essa confirmação, tendo em vista, que, segundo Martins, um dos presos declarou um encontro com o ex-candidato a vereador sobre o planejamento do assassinato do prefeito de Davinópolis.

Com tudo embasado, pontuou Praxístes, foi realizada a ligação com o ex-prefeito de Davinópolis, Francisco Pereira Lima, o "Chico do Rádio", desfeito político de Ivanildo. No cumprimento do mandado de busca e apreensão, comentou o delegado da DHPP, os policiais civis verificaram que havia vestígios de documentos que comprovavam a participação do empresário no homicídio, sendo que o suspeito destruiu diversas provas, por meio da queima de arquivos, pois sabia que a polícia iria descobrir que ele atuou como intermediário no referido assassinato, que, conforme Praxístes, teve motivação política e econômica.

Motivação política e econômica porque, como explicou o delegado Martins, Antônio Messias já foi candidato a vereador em duas ocasiões em uma cidade de oposição a Ivanildo Paiva, em uma disputa acirrada e que possuía um aspecto partidário muito forte por conta da rivalidade entre "Chico do Rádio" e Ivanildo. Como o fazendeiro perdeu nas duas vezes, ficou aquele ressentimento pela derrota, ainda mais por não ter ganhado do grupo adversário.

CRIME TRAMADO HÁ TRÊS MESES

Praxístes declarou que a morte de Ivanildo Paiva não foi planejada de uma hora para outra, uma vez que foi tramada pelo menos há três meses antes do assassinato. Para esse propósito, Messias atuou como intermediário, ou seja, selecionou os executores e apoiadores. Segundo Martins, alguns "contratados" desistiram de participar da ação criminosa, talvez, porque a vítima tinha prestígio por sua posição política à frente da Prefeitura de Davinópolis.

R\$ 100 MIL PELA MORTE DO PREFEITO

Recentemente, durante uma acareação, o sargento Wilame Nascimento da Silva, lotado na Polícia Militar em Grajaú/MA e que está preso pelo assassinato de Ivanildo Paiva, admitiu que o mecânico José Denilton Feitosa Guimarães, mais conhecido como "Boca Rica", ofereceu R\$ 100 mil para que o militar matasse o prefeito de Davinópolis. O militar já tinha admitido esta oferta de dinheiro em depoimento prestado ao delegado Renildo Ferreira, da Delegacia Regional de Barra do Corda.

Wilame contou que estava em Grajaú, quando recebeu uma ligação do mecânico, para que ambos batassem um papo em Imperatriz. Lá, "Boca Rica" ofereceu a grana para que o policial executasse o prefeito de Davinópolis. O sargento disse que, naquele momento, não aceitou o dinheiro. Já Denilton, no depoimento, negou que tenha oferecido os R\$ 100 mil ao PM, mas confessou que a reunião com ele de fato aconteceu.

PARTICIPAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

As investigações do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa apontam "Boca Rica" - que estava com tomazeleira eletrônica por uso de documento falso - como

o articulador do crime e que o policial militar de Grajaú foi um dos executores, assim como o distoleiro Gean Dearlen dos Santos Neres, o "Gean Estrada". Os outros presos por envolvimento na morte de Ivanildo são o cabo Francisco de Assis Bezerra Soares, o "Tita", da PM do Pará; o motorista de Uber Douglas da Silva Barbosa, 21, e Carlos Ramiro Lima Ramos, o "Léo".

Douglas, conforme o delegado Lúcio Rogério Reis, titular da SHPP, emprestou seu carro para que cerca de três suspeitos seguissem viagem até a fazenda do prefeito de Davinópolis, a fim de matá-lo. O motorista do Uber, assim como os demais, está encarcerado por força de mandado de prisão temporária de 30 dias, que foram cumpridos nas cidades de Imperatriz e Grajaú, no Maranhão, e Dom Eliseu, no Pará, durante o dia 11 deste mês.

MORTE DO PREFEITO

Conforme as investigações, durante o período da tarde do dia 10 de novembro, dois homens

acercaram-se ao fazendeiro de Ivanildo, em Davinópolis, em um imóvel, onde dorme um funcionário da propriedade. Os suspeitos fizeram algumas perguntas ao morador, sobretudo com relação ao prefeito, mas depois saíram em um veículo de cor prata. O político chegou ao local somente no fim da tarde, e, desde-então, os familiares não conseguiram mais manter contato com ele.

O caseiro entrou na casa onde dormia o prefeito nas primeiras horas do dia 11, após ter desconfiado da demora dele em aparecer para tomar o café da manhã. O corpo dele foi localizado dentro de uma vegetação, em Davinópolis, no Povoado Juçara, distante 2km da chácara do político. Na fazenda, os peritos criminais detectaram manchas de sangue humano no quarto da vítima, sendo que o imóvel estava bagunçado, com objetos revirados, o que indica uma resistência ou luta corporal. A polícia, inicialmente, estava trabalhando com três linhas de investigação: dívida, crime passionnal e motivação política. Mas, segundo o delegado Lúcio Rogério Reis, uma das hipóteses já foi descartada, restando apenas duas. Mas ele adiantou que se tratou de um crime de encomenda e que cada um dos cinco presos recebeu algum valor em dinheiro pelo serviço prestado aos mandantes.

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA <u>28/12</u> /2018 Página <u>12</u>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Imperatriz

Seis jovens são capturados em operação contra o tráfico de drogas

Como resultado de uma operação conjunta envolvendo o Grupo de Serviço Avançado (GSA) e Esquadrão Águia do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), seis jovens foram capturados, em duas residências localizadas na cidade de Imperatriz, na Região Tocantina. Dentre os conduzidos, há dois adolescentes, incluindo uma menina de 15 anos, conforme relatado pelos policiais envolvidos nas incursões, que ocorreram na noite de quarta-feira (26).

Primeiramente, o GSA fez levantamentos nos dois locais, em duas ruas da Vila JK, de

acordo com o tenente-coronel Ilmar, comandante do 3º BPM. Já com a operação realizada, as equipes apreenderam, ao final das inspeções, materiais como uma balança de precisão, celulares, 107 porções médias de substância semelhante à maconha e outras 10 porções grandes do mesmo entorpecente.

Além dos adolescentes, foram capturados Sueli Silva de Sousa, 21; Bruno Marinho da Silva, 19; Rainan dos Santos Lima, 24; e Carla Raissa Silva, 19.

OUTRA OPERAÇÃO

Também na noite de quarta-

feira, a Polícia Militar realizou uma operação para coibir o tráfico de drogas na cidade de Caxias, na Região dos Cocais. As incursões ocorreram na Segunda Travessa do Tamarindeiro, no bairro Tamarindeiro, por volta das 18h. Lá, foram presos Bruno Rodrigues dos Santos, 28, e Juliane Cristina Sousa Silva, mesma idade.

Dentre os materiais apreendidos, há 2 tabletes de maconha prensada, 35 pedras de crack e 6 trouxas de maconha, de acordo com o tenente-coronel Márcio Silva, comandante do 2º BPM. (NELSON MELO)

Polícia procura enteado que matou idoso com golpe de facão no pescoço

Um idoso de 68 anos, identificado como José Ribamar Amorim, foi brutalmente assassinado na cidade de Caxias/MA, na quarta-feira (26), no bairro Pai Geraldo. Ele, segundo informações do 2º Batalhão de Polícia Militar (BPM), foi atingido por um profundo golpe de facão no pescoço e depois outro no peito. O autor é enteado da vítima, que continua foragido. O enteado, que não teve o nome revelado, estava ingerindo bebida alcoólica com o padrasto e com a mãe, mas, quando a mulher saiu para ir ao banheiro, o suspeito aproveitou e surpreendeu o idoso com o facão em seu pescoço, segundo a polícia. A arma branca foi retirada de um quarto da residência, conforme as fontes. (NM)



DIVULGAÇÃO/PM

Grupo de jovens capturado em bairro de Imperatriz suspeito pela venda de drogas



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018	Página 7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Fazendeiro é acusado de ser um dos mandantes da morte de prefeito

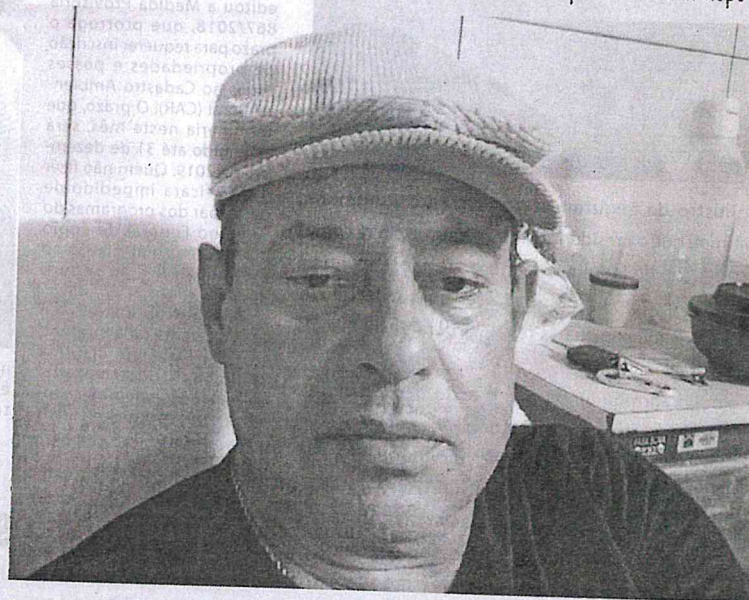
A polícia chegou a participação de "Messias da Pneu Zero" por meio de denúncias anônimas e também após o depoimento dos outros envolvidos que atualmente já se encontram presos pelo crime contra o prefeito de Davinópolis

O empresário Antônio José Messias, conhecido popularmente como "Messias da Pneu Zero", de 62 anos, foi preso por volta de 21h de quarta-feira (26) por policiais do Departamento de Homicídio e Proteção a Pessoa (DHPP) acusado de ser um dos mandantes do assassinato do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva.

Segundo o delegado Praxístes Martins, responsável pelo caso, a prisão de Antônio José Messias aconteceu em cumprimento a um mandato de prisão preventiva que será válido por 30 dias. Ele acrescentou que a polícia chegou a participação do empresário por meio de denúncias anônimas e também após o depoimento dos outros envolvidos que atualmente já se encontram presos pelo crime contra o prefeito de Davinópolis.

Messias, que atualmente é fazendeiro na cidade, teve mandado de prisão decretado pela justiça, a pedido dos delegados que investigam o caso. Além da prisão, a Polícia também cumpriu mandado de busca e apreensão na fazenda do acusado, em Davinópolis. No local, foram encontradas armas de grosso calibre.

A empresa Pneu Zero é



Antônio José Messias foi preso por volta de 21h de quarta-feira (26)

comandada pelo filho de Messias. Ele vinha se dedicando à atividade de fazendeiro. Messias foi autuado em flagrante pelo crime de porte ilegal de arma de fogo. O flagrante foi feito pela delegada Silviane Tenório. Em seguida, o fazendeiro foi encaminhado para a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (UPRI), antiga CCPJ.

"Messias da Pneu Zero" foi

candidato por duas eleições à Câmara de Vereadores de Davinópolis, em 2008 e 2012, mas em nenhuma conseguiu se eleger. Ele é natural de Lagolândia, no estado de Goiás, mas se estabeleceu na região tocantina há bastante tempo.

Morte de Ivanildo Paiva - De acordo com as investigações, no corpo de Ivanildo haviam marcas de tortura e cerca de sete disparos causa-

dos por arma de fogo.

O delegado regional de Imperatriz, Eduardo Galvão, também diz que o prefeito informou à família que iria dormir na fazenda, onde ele costumava ir para descansar.

O corpo de Ivanildo Paiva foi sepultado na manhã do dia 13 de novembro, no Cemitério Campo da Saudade, em Imperatriz, a 626 km de São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	28/12/2018	Página	7
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

VIOLÊNCIA

Idoso é despejado da própria casa pelo enteado

O viúvo e idoso E. R. S. ao procurar o Núcleo Regional da Defensoria Pública de Itapecuru-Mirim/MA, relatou que estaria sofrendo grave situação de violência e de violação dentro do âmbito doméstico.

Após perder recentemente a companheira, o idoso passou a sofrer ameaças do enteado, o qual chegou inclusive a expulsá-lo da sua própria residência.

O mais trágico de tudo isso é que o idoso teve que ficar muitos dias desamparado, tendo que permanecer dentro do seu veículo que estava estacionado num posto de combustível próximo da residência, inclusive passando dias, tardes e noites nessa

lamentável situação. Além disso, ficou impossibilitado de voltar para a sua casa e de cuidar de sua filhinha de apenas 09 (nove) anos de idade.

Frise-se que o desespero do idoso era evidente, pois o mesmo já havia procurado várias outras autoridades. Todavia, ao chegar na Defensoria Pública, acabou sendo imediatamente amparado e providências foram imediatamente tomadas para a garantia dos seus direitos que estavam sendo violados.

Atendido pelo Defensor Público Alex Pacheco Magalhães, foi requerida a aplicação de medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006),

sendo estas mais benéficas do que as medidas de proteção do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que não resolveriam materialmente a situação.

Em que pese a Lei Maria da Penha seja utilizada para tutelar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, pode excepcionalmente ser aplicada em favor do gênero masculino, o que de fato ocorreu.

No caso em apreço, a Justiça reconheceu que embora o Estatuto do Idoso elenque medidas de proteção, as medidas requeridas pelo idoso através da Defensoria seriam as mais adequadas, no momento, pela situação

vivenciada. Dessa forma, foi deferida medida liminar para afastar o agressor da residência do idoso, bem como de ficar proibido de manter contato com o idoso e seus familiares, por qualquer meio de comunicação.

Para o defensor Alex, "a decisão judicial da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim/MA foi louvável e devidamente acertada, resguardando a dignidade do idoso ofendido. A intervenção do Estado era medida necessária e de forma positiva foram adotadas as medidas de proteção ao resguardo dos direitos do assistido. A sensação é ímpar e mais uma vez a Justiça se fez presente".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE
COMUNICAÇÃO

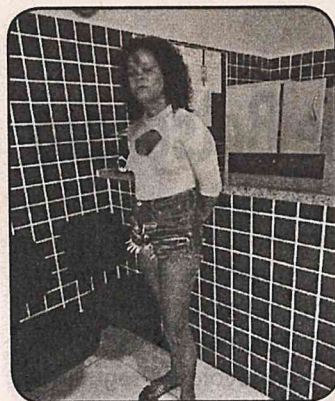
VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	28/12/2018	Página 4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CORDA NO PESCOÇO



Uma mulher identificada como Keyla Piedade Camilo, de 43 anos, foi encontrada morta, em uma área de matagal no bairro do Anjo da Guarda em São Luís, na manhã de quarta-feira (26). Segundo informações da Polícia Militar, o corpo de Keyla foi encontrado por populares já sem roupas e com sinais de violência por volta das 10h30 da manhã. Uma corda foi encontrada amarrada no pescoço da vítima. Ainda de acordo com a polícia, a mulher havia saído de casa na noite de Natal (25) e desde então estava desaparecida. Peritos do IML estiveram no local para fazer a remoção do corpo e investigar as causas da morte. A Polícia trabalha inicialmente com a hipótese de feminicídio.

PRISÃO



Por volta das 18h de quarta-feira (26), uma mulher identificada como Patrícia Batista de Araújo Nascimento, 23 anos, residente na rua Nossa Senhora de Fátima, bairro Bandolim – Brejo – Maranhão, foi conduzida pelo Grupamento da Polícia Militar-GPM de Buriti dos Lopes, para Central de Flagrantes, sob acusação de ameaça de morte e desancado a autoridade. Segundo o tenente Sousa Filho, a polícia militar recebeu uma denúncia que havia duas pessoas discutindo em um bar, no bairro Macambira, zona urbana de Buriti dos Lopes, onde a acusada, ameaçava sua ex-namorada de morte. Os policiais chegaram ao local, e presenciaram a discussão ao ponto de serem desacatados pela Patrícia que estava descontrolada. Ela foi imediatamente presa e conduzida para Central de Flagrante em Parnaíba para os procedimentos da lei e encontra-se xilindró.